

**SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO ESTADO DO
CEARÁ**

-SINCOJUST-

Rua Adolfo Moreira de Carvalho, 46 – Edson Queiroz.

Fortaleza – Ceará

Fone/Fax (085) 3273-3300

CORRIGIDA

**Ata da terceira reunião e segunda extraordinária da Diretoria Executiva do
Sincojust – Triênio 2009/2012**

Aos 21 (vinte e um dias) dias do mês de julho do ano de 2009 (dois mil e nove), às 14h33m, na sede do Sincojust, deu-se o início da segunda reunião extraordinária da Diretoria executiva sob a presidência do Dr. Mauro Xavier, com as presenças dos seguintes diretores: José Iraguassu Teixeira Filho – Vice-presidente, Francisco José de Mendonça – primeiro secretário, José Edmilson Silva de Paula – diretor financeiro, João Batista Fernandes de Sousa – diretor de formação sindical, Davi Brito Gomes Pinto – diretor de cultura, esporte e lazer, Francisco Dutra Rocha, diretor dos aposentados e pensionista e Rodrigo Moreira do Nascimento – diretor jurídico.

Não estiveram presentes a essa reunião o segundo secretário, **Frank Oliveira**, o vice-diretor de finanças, **Augusto César**, o diretor de patrimônio **Raimundo Filomeno** e o diretor de mobilização, divulgação e imprensa, **Vagner Venâncio**; todos justificaram suas ausências, o primeiro por não ter sido contactado, o segundo e o terceiro por encontrar-se viajando em férias, e o quarto por estar ainda envolto em problemas particulares e inadiáveis.

Dando início aos trabalhos, sob o comando do presidente Mauro Xavier, esse indagou se algum diretor tinha algum informe a fazer não se apresentando nenhum diretor para tal fim. Continuando, deu a conhecer à diretoria sobre o pedido de quinze dias de férias regulamentares da funcionária Sabrina Dayse e disse que falava sobre esse assunto porque tinha sido abordado para tal fim pela funcionária, mas que o assunto é de responsabilidade do secretário e que daqui para frente esse resolva e lhe comunique. Num segundo momento passou o presidente a discorrer sobre os PCAs que deverão ser impetrados junto ao CNJ através da nossa entidade e disse que o PCA sobre a desorganização do efetivo do TJ-CE já está pronto para se dar entrada. Em seguida falou da responsabilidade de cada diretor e a confiança recíproca entre os membros da diretoria para que se tenha uma administração confiável e sadia; ainda com a palavra, o presidente ordenou que todo documento que fosse confeccionado, no sentido de

impetrar ações administrativa e/ou jurídicas, após concluído pela assessoria jurídica, fosse enviado por e-mail a todos os diretores para que os mesmos tomassem conhecimento antes da reunião que vier ser exposto tal documento; seguindo com os trabalhos o presidente solicitou ao diretor jurídico que procedesse com a explanação do texto do PCA sobre a desorganização atual do efetivo do TJ-CE.

Nesse momento o diretor jurídico fez sua explanação acerca do pedido acima citado e dentro de sua explanação disse que um dos documentos que fundamentará o PCA é o estudo recentemente feito pela secretaria do Sincojust, o qual demonstra com muita precisão a atual situação. Finda a explanação sobre o assunto acima e, ainda com a palavra o diretor jurídico levantou a questão sobre o prazo que foi concedido à assessoria jurídica anterior para que a mesma procedesse com os sub-estabelecimentos necessários, pois o prazo estabelecido e comunicado aquela assessoria finda no dia 24 do mês e ano em curso e até o presente momento não houve nenhuma manifestação por parte da antiga assessoria; continuando, Rodrigo falou sobre o PCA do concurso de remoção, demonstrando que o referido PCA é estratégico e, para reforçar o pedido, os colegas que têm interesse no concurso pleiteiem junto ao Tribunal de Justiça – CE através de Mandado de Segurança.

O presidente Mauro propôs e ficou decidido que será apresentada através da secretaria do Sincojust, à diretoria jurídica a relação de oficiais que pleiteiam remoção para que sejam signatários do Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça – CE; continuando Mauro disse que devemos atacar em todas as frentes e propôs provocar sobre a duvidosa aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Estadual, recém aprovada pela Assembléia Legislativa, a qual trata da alteração das entrâncias do Poder Judiciário. Para que se possa dar cumprimento à provocação de possível vício na PEC acima citada o diretor jurídico solicitou as imagens das sessões que aprovaram tal PEC e a aprovação das últimas mensagens enviada àquela Casa Legislativa pelo Judiciário e cópia do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, no que ficou definido que o diretor João Batista entregaria esse material até sexta-feira, 24/07/2009.

Em momento contínuo o secretário Mendonça informou ao presidente Mauro que já havia *quorum* para que fosse lida a Ata da reunião extraordinária anterior. Procedida a leitura, ao final foi aprovada por unanimidade.

Após a leitura da Ata o diretor jurídico pediu a palavra e disse que diante de tantas demandas se fazia necessário designar trabalho para a assessoria jurídica. Nesse momento, devido a primazia, o presidente disse que ficaria com a elaboração do PCA da

ascensão funcional e a assessoria jurídica com o do que trata o caso de nomeação de Oficial de Justiça *Ad-hoc*, com apresentação dessas peças na reunião de terça-feira, 28/07/2009.

Encerrado esse assunto, o presidente Mauro Xavier voltou a insistir, decorrente da reunião extraordinária anterior, na impetração de um mandado de Injunção sobre a greve dos servidores públicos, em face do que aconteceu na quinta-feira, 16/07/2009, ocasião em que os servidores do judiciário encontravam-se na entrada do Plenário do TJ e o Presidente daquela Côrte determinou o fechamento do plenário impossibilitando a incursão dos servidores naquele recinto e por se ter ouvido que aquele Presidente iria pedir a ilegalidade da greve. Nesse momento abre-se a discussão e Mauro Xavier passa a defender o mandado, sendo interpelado pelo diretor jurídico que posicionou-se contra, seguido por outros diretores que se posicionaram a favor. O colega Luidio, assitindo a reunião, interveio solicitando que seja deliberado um remédio jurídico, se não for o Mandado de injunção. Após várias discussões e não havendo consenso o presidente colocou em votação, qual resultado foi quatro votos a favor: João Batista, Mendonça, Iraguassu e Edmilson e dois contra: Dutra e Rodrigo, não podendo votar nesse momento, por força estatutária, o diretor Davi Brito e o presidente Mauro Xavier.

Ficou decidido que o mandado de Injunção será confeccionado pela assessoria jurídica e posteriormente o PCA referente a figura do *Ad-hoc*, desempenhando tarefa exclusiva do Oficial de Justiça.

Para a confecção do instrumento acima a secretaria do Sincojust fornecerá ao diretor jurídico os seguintes documentos: **edital de convocação e ata da assembléia que decidiu pelo movimento de greve; ata de eleição das duas diretorias e o ofício de comunicação do movimento paredista ao Presidente do TJ.**

Nesse instante o diretor financeiro, Edmilson de Paula, intervém e pede para que o secretário, Mendonça, fale de uma proposta que discutira anteriormente com esse e o presidente. Recebida a palavra, Mendonça disse da necessidade da sede do sindicato passar por uma pequena reforma e essa incluiria principalmente uma sala de reunião e locais para acomodação dos diretores para desempenharem seu trabalho na sede da entidade; disse ainda, que o mini-projeto será apresentado posteriormente, o que foi prontamente aprovado.

Com a palavra, o presidente Mauro Xavier comentou do movimento paredista realizado na cidade de Juazeiro do Norte envolvendo as comarcas da região do Cariri, onde houve uma representação grande dos servidores e que lá realmente o pessoal está

engajado, em face disso vamos fortalecer cada vez mais e partir para outras regiões para fazer o mesmo e valorizar o nosso movimento pois só assim teremos saldo positivo do nosso desiderato. Continuando, disse que ouviu dos colegas lá em Juazeiro uma reclamação com relação a comunicação sindicatoXsindicalizado, aproveitou o momento e solicitou autorização da diretoria para trazer para a mesa de discussão uma proposta de um novo modelo de sítio, para com isso não só minimizar, mas acabar de vez com essa dificuldade de comunicação com os sindicalizados, no que foi prontamente atendido. Mauro disse ainda, que saiu daquele evento comprometendo-se que posteriormente iria viajar ao interior para um maior contato com os Oficiais de Justiça. O diretor Dutra Rocha solicitou a palavra e reforçou a idéia de acontecer outra reunião do mesmo porte ou melhor na região Norte, o presidente disse que seria levada a idéia ao comando de greve e ver o que se ia decidir.

Ficou decidido que a próxima reunião extraordinária realizar-se-á às 09h00 do dia 28/07/2009, enquanto perdurar a greve.

O diretor, Edmilson de Paula, ficou com a missão de preparar a escala de plantão durante a greve, de responsabilidade dos Oficiais da Coman, da seguinte maneira: às terças e quinta-feiras seria escalados dois Oficiais pela manhã e quarenta e oito à tarde e segunda, quarta e sexta-feiras, dois Oficiais pela manhã e oito à tarde, devendo esta escala ser apresentada à diretoria do sincojust.

Por último, ficou decidido que o diretor, Davi Brito, iria preparar e apresentar à diretoria na próxima reunião, um documento onde elenca vários pontos para divulgação, juntamente com matérias veiculadas em 2002 no jornal Folha de São Paulo.

Nesse momento o diretor jurídico esbanjando alta capacidade criativa lançou a proposta de que o comando de greve mandasse confeccionar camisas pretas para serem vendidas aos servidores do judiciário para que os mesmos fizessem a propagação do movimento diariamente; aproveitou o momento o companheiro Luídio e com sua criatividade vocabular afiada propôs a seguinte frase para conter no tecido da camisa: “SERVIDOR SEM DIGNIDADE, JUSTIÇA FRAGILIZADA” e, após confeccionadas e vendidas esse material que fosse realizada uma caminhada na Av. Beira-Mar com os servidores usando a camisa padronizada. O diretor, Davi Brito, ficou com a missão de apresentar o custo da camisa o mais rápido possível.

O que ficou decidido nessa reunião e que deverá ser apresentado:

1. Que o PCA sobre a desorganização do efetivo do TJ já está pronto. Qual o atual estágio?

2. Secretaria apresentar uma lista de pelo menos cinco nomes de Oficiais de Justiça que pleiteiam remoção, para serem signatários em um Mandado de Segurança junto ao CNJ;
3. O diretor João Batista entregar até sexta-feira, 24/07/2009, as imagens da sessão que aprovou a PEC que trata da alteração das entrâncias do judiciário; as últimas mensagens do judiciário aprovadas naquela Casa legislativa e cópia do Regimento Interno da Assembléia;
4. Presidente Mauro Xavier apresentar peça exordial de PCA com relação a ascensão funcional;
5. Assessoria Jurídica confeccionar a peça vestibular do Mandado de Injunção e posteriormente o PCA que trata de *Ad-hoc* estarem desenvolvendo ofício exclusivamente de Oficial de Justiça ;
6. Secretaria fornecerá ao diretor jurídico: **edital de convocação e ata da assembléia que decidiu pelo movimento de greve; ata de eleição das duas diretorias e o ofício de comunicação do movimento paredista ao Presidente do TJ;**
7. Presidente comunicará ao comando de greve a idéia de uma reunião na cidade de Sobral, envolvendo todos os servidores das comarcas da região Norte para reforçar o movimento paredista;
8. O diretor Edmilson de Paula apresentar a nova escala de plantão à diretoria;
9. O diretor Davi Brito apresentar documento com ponto desenvolvidos para divulgação e o custo da camisa padronizada.

Nada mais havendo a tratar, às 17h42m, declarou o presidente encerrado os trabalhos da presente reunião lavrando-se a presente ata, contendo seis laudas, a qual lida e aprovada vai assinada. Data supra.

Mauro Xavier de Sousa
Presidente

José Iraguassú Teixeira Filho
Vice- Presidente

Francisco José de Mendonça
1º secretário

Frank Oliveira Rodrigues
2º secretário

João Batista Fernandes de Sousa
Dir. de formação sindical

Davi Brito Gomes Pinto
Dir. de cultura, esporte e lazer

Francisco Vagner Lima Venâncio
Dir. de mobilização, divulgação e imprensa

Raimundo Nonato Filomeno
Dir. de patrimônio

Rodrigo Moreira do Nascimento
dir. Jurídico

Francisco Dutra Rocha
dir. dos aposentados e pensionista

José Edmilson Silva de Paula
dir. financeiro

Augusto César da Silva Rodrigues
vice diretor de finanças